

**QUODLIBETO III, QUESTÃO 12: SE UMA PROPOSIÇÃO MENTAL É COMPOSTA  
PELAS COISAS OU PELOS CONCEITOS, DE GUILHERME DE OCKHAM.**

QUODLIBETO III, QUESTION 12: WHETHER A MENTAL PROPOSITIO IS COMPOSE BY THINGS OR  
BY CONCEPTS.

Márcio Paulo Cenci<sup>1</sup>

**Apresentação**

Apresenta-se aqui uma versão da *Quodlibet Tertium, Quaestio XII*, presente no Volume IX, da *Opera Theologica* de Guilherme de Ockham (1285-1347), editado por Joseph C. Wey, C.S.B. do *Franciscan Institute* da *St. Bonaventure University*. O conjunto das questões quodlibetais de Ockham<sup>2</sup>, sete no total, compõem o referido volume. Todas elas estão traduzidas ao inglês por Fredosso e Kelly<sup>3</sup>.

As *Quaestiones Quodlibetales* eram formuladas tendo por base geral os livros das Sentenças de Pedro Lombardo<sup>4</sup>, mas elas tomavam seu próprio curso dependendo dos problemas mais importantes do ambiente acadêmico e dos interlocutores que participavam das disputas. Os temas das *questões quodlibetais* possibilitavam uma abertura ao desenvolvimento de temas que talvez não fosse possível em obras como os *Comentários* às Sentenças. Além disso, a variedade de temas das questões que Ockham se propõe a discutir deixa claro o vigor e potencial inovador de seu pensamento.

Os sete *Quodlibeta* de Ockham não têm o local e a data de produção totalmente claros, ainda que haja informações suficientes para afirmar que são o resultado de disputas em casas franciscanas de Oxford e de Londres, enquanto Ockham teria exercido a função de *Lector* e, como tal (mesmo sem ser *Magister*), teria presidido disputas<sup>5</sup>. Provavelmente, elas ocorreram na época em que Ockham se dedicou mais a questões de lógica, metafísica, teologia, na sua passagem por conventos franciscanos em Oxford (1321) até sua chegar em Avignon (1324),

---

<sup>1</sup> Professor de Filosofia do Centro Universitário Franciscano (UNIFRA) e doutorando em Filosofia na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS).

<sup>2</sup> Sobre o *status* das *questiones quodlibetales* de Ockham pode-se cf. Keele, Oxford Quodlibeta from Ockham to Holcot. in. Schabel, *Theological Quodlibeta in the Middle Ages: The Fourteenth Century*, 2007, pp. 651-692, especialmente a divisão *Willian of Ockham*.

<sup>3</sup> Para cf. Ockham, *Quodlibetal Questions*. tradução de Fredosso e Kelly, 1991. Infelizmente, este trabalho não pode ser consultado para realização desta versão.

<sup>4</sup> Cf. Keele, 2007, p. 652.

<sup>5</sup> Wey, *Introductio*. In: Ockham, *Opera Theologica*, Volumen IX, Quodlibeta Septem. Editada por Joseph C. Wey, 1980. p. 37\*. Couternay, 1999, p. 23, que afirma ser Ockham nesta época somente um “formed bachelor”.

onde as teria finalizado (1325)<sup>6</sup>. Além disso, há uma forte semelhança no que se refere aos temas dos quodlibetos de Ockham com a *Reportatio* de Walter Chatton (*Gualterus Chatton*, 1290-1343), o que, segundo Wey, é informação relevante para que se determine algumas datas de produção destas questões. Assim, segundo Wey, que o Quodlibeto II e III, ao todo 41 questões, foram produzidas entre o inverno e verão de 1323, as outras variam entre 1322, 1324, até 1325<sup>7</sup>.

As autoridades e fontes nominadas em *Quodlibet III, Queastio XII*<sup>8</sup>, são *Sobre a Interpretação, Primeiros Analíticos*, de Aristóteles e os *Comentarii* de Boécio ao mesmo texto. Aquelas fontes que não foram nominadas nesta questão, foram explicitadas na edição crítica de Wey, tais como: Walter Burleigh (*Gualterus Burlaeus*) e, principalmente, Walter Chatton<sup>9</sup>, que teria participado efetivamente nas disputas<sup>10</sup>. Além destes, nos sete quodlibetos as fontes incluem, dito genericamente, entre outros, à Averróis, Agostinho, Damasceno, Anselmo, e também à fontes não nominadas, mas reconhecidas pelo editor, como os franciscanos Pedro Auréolo e Pedro João Olivi<sup>11</sup>, além de, é claro, referências a Scotus.

A questão vertida aqui é de pouquíssimas páginas, cinco na edição crítica. Em grande parte, as frases são curtas e diretas, com este estilo lacônico e tenso. O título da questão - “Se uma proposição mental é composta pelas coisas ou pelos conceitos” – apresenta a problemática na forma de uma disjunção acerca da composição da proposição mental, a saber, ou é composta por coisas e, portanto, a sua fonte tem de ser material, ou ela é composta pelos conceitos e, se for assim, tem de ser imaterial. A dedução natural de uma disjunção, pelos padrões da lógica clássica, é a aplicação de um silogismo disjuntivo; de modo que ao ser negado um componente proposicional da disjunção, conclui-se necessariamente o outro<sup>12</sup>. Entretanto, a tese a ser defendida por Ockham na *Questão 12* afirma que a proposição mental possui um conteúdo intencional das coisas (*intentio rerum*). Portanto, não admite nenhum dos

<sup>6</sup> Spade, Introduction, in., *idem*, *The Companion of Ockham*, 2006, p. 07. acrescenta outra informação em seu conspecto dos escritos de Ockham, pois afirma que os quodlibetos foram produzidos entre 1322 e 1324 e revisados em Avignon entre 1324 e 1325.

<sup>7</sup> Cf. Wey, 1980, p. 38\*. Cf. Courtenay, *The Academic and Intellectual Worlds of Ockham*. In. Spade, *The Companion of Ockham*, 2006, p. 23-24, que discute problemáticamente o período de 1317-1324 em que Ockham teria lecionado em Oxford e Londres.

<sup>8</sup> Doravante simplesmente ‘*Questão 12*’.

<sup>9</sup> Com quem conviveu no convento em Londres, junto com Adam Wodeham, contudo essa informação é tema de controvérsia, cf. Keele, 2007, p. 656, pois estaria baseada na hipótese de Gedeon Gal de que Ockham teria produzido a *Summa Logicae* quando estava afastado de Oxford, ou seja, em um mosteiro franciscano em Londres.

<sup>10</sup> Cf. Wey, 1980, p. 39\*.

<sup>11</sup> Cf. Wey, 1980, p. 27\*.

<sup>12</sup> A regra formal do silogismo disjuntivo é  $(\alpha \vee \beta), \neg \alpha \therefore \beta$ .

extremos da disjunção, o que impossibilita a aplicação *simpliciter* do raciocínio formal do silogismo disjuntivo. A solução de Ockham exige uma análise mais detalhada do que cada componente da disjunção implica e quais os componentes últimos das proposições.

Para responder suficientemente a questão, ele pressupõe uma tese que funciona como postulado,<sup>13</sup> tal seja:

(i) a linguagem mental (LM) existe.

A qual pode-se acrescentar outra:

(ii) a LM tem uma natureza significativa relativa à linguagem convencional (LC);

e,

(iii) toda linguagem pode ser reduzida a proposições e estas a termos<sup>14</sup>.

Dada a conjunção entre (i), (ii) e (iii), então há proposições mentais e, evidentemente, termos mentais. Assim, com estes (i, ii e iii) dados, tem-se as condições para analisar em que se compõe uma proposição mental, o que resulta na explicitação do problema da Questão 12: determinar qual é o conteúdo das proposições mentais, ou seja, dizer do que a LM é composta?

Mas, mesmo assim, na Questão 12 perceberemos que ele se propõe a provar a existência e a condição de significação da LM, embora, o tema principal seja sobre o conteúdo das proposições mentais. Para provar que a proposição é mental, ou que ela está ‘na mente’, no primeiro artigo de sua resposta, ele usa um silogismo em *modus ponens* não-típico - diz ele: “Onde quer que haja um complexo verdadeiro ou falso, existe aí uma proposição; ora na mente há um complexo desse tipo; logo, < há uma proposição na mente >”. Do dito fica evidente que a proposição existe como algo verdadeiro ou falso correspondente a um complexo mental. E ele utiliza o advérbio de lugar “ubicumque” que significa no vernáculo basicamente ‘onde quer que’, ou ‘em qualquer lugar que’ e denota evidentemente o local onde algo necessariamente está ou provém. O uso deste advérbio implica que a proposição mental, como algo verdadeiro ou falso, esteja localizada na mente e, portanto, seja mental.

No segundo artigo, para seguir a prova, Ockham assume os cânones aristotélicos pela via dos comentários de Boécio quanto à distinção entre oração (*oratio*) e proposição

---

<sup>13</sup> Cf. Michon, *Nominalisme: la théorie de la signification d'Occam*, 1994. Especialmente o capítulo sobre a Linguagem Mental em Ockham.

<sup>14</sup> Este agora conforme Pannacio, *Semantics and Mental Language*, in. Spade, *The Companion of Ockham*, 2006, p. 55.

(*propositio*) e acerca da triplicidade da oração como sendo oral, escrita e mental.<sup>15</sup> De modo que a oração (*oratio*) é assumida como toda e qualquer sentença que possui significado convencional. Assim, ele segue a distinção aristotélica de que *toda a proposição é uma oração*, mas *nem toda oração é proposição*. Como em Aristóteles, no *Sobre a Interpretação*<sup>16</sup>, as proposições têm uma função distinta dos elementos linguísticos significativos mais gerais como as *orações (ou enunciados)*. Contudo, a contribuição de Ockham ao tema é que a proposição mental diz respeito ao conteúdo conceitual, pois refere-se às “paixões e conceitos da alma”. Assim, ele mostra que *existe uma proposição mental* em correspondência significativa com as proposições e as orações faladas e escritas. E tal proposição é o tipo de coisa que corresponde ao complexo verdadeiro ou falso, conforme o primeiro artigo.

Na sequência de argumentos para desenvolver o segundo artigo, ele pretende mostrar que a proposição mental não pode ser composta pelas coisas, pela via da redução ao absurdo nas provas 2 e 3, da autoridade nas provas 1, 4 e 5, e provas pela distinção entre semântica e sintaxe da linguagem, nas provas 6 e 7. Das últimas provas, principalmente, pode-se dizer que admitir que a proposição mental seja composta por coisas, implicaria em reduzir a semântica à verificação material do significado provável das proposições faladas e escritas<sup>17</sup>. Essa tarefa não é própria e específica, embora útil, da filosofia da linguagem e, sim, típica da linguística aplicada ou da semiótica<sup>18</sup>.

Se a questão do significado fosse reduzido à verificabilidade material do significado, então, haveria uma redução da filosofia (da linguagem) às ciências particulares. Obviamente, ele não pôde ter em mente está questão, mesmo que ele perceba as implicações da aceitação somente da materialidade da linguagem. Ele exemplifica, na prova 3 do segundo artigo, de forma irônica que “(...) se o sujeito e o predicado fossem coisas exteriores à mente, então nesta proposição 'o cão come o pão', é verdadeiro que o sujeito comeria o predicado. Similarmente, nesta proposição 'Roberto persegue João', sujeito perseguiria o predicado, mataria o predicado e queimaria o predicado”<sup>19</sup>. Assim, se a materialidade da linguagem escrita ou falada determina a significação da LM, então, até mesmo um termo universal,

<sup>15</sup> Cf. Pannacio, 2006, p. 54-55.

<sup>16</sup> Aristóteles, De *Interpretatione*, 1988, 1 16 a, 3-4.

<sup>17</sup> Cf. Michon, 1994, cf. o capítulo sobre a linguagem mental.

<sup>18</sup> Aqui, afirma-se uma definição geral de linguística como a ciência que investiga a linguagem nas suas condições materiais. E a semiótica como a ciência dos signos que investiga a gênese e a função desses signos em relação à vida social e cultural.

<sup>19</sup> abaixo na prova 3.

deveria ser material, a saber, ter certa entidade. Evidentemente, essa posição é absurda. Aqui se percebe um desdobramento importante da filosofia de Ockham, pois ele precisa evitar, para seu nominalismo ser coerente, que qualquer ente exista, como um universal, fora da mente<sup>20</sup>.

Como consequência da refutação da materialidade da proposição mental, Ockham assume que a proposição convencional não pode sustentar semanticamente (significando algo verdadeiro ou falso) nenhuma linguagem, dado as consequências absurdas acima. Assim, resta mostrar como a LM é significativa e, portanto, Ockham precisa mostrar qual o seu conteúdo. Se a proposição não pode ser composta pelas coisas, então, dada a disjunção da inicial da *Questão 12*, resta ela ser composta por conceitos. Ou talvez seja o caso que a disjunção inicial, se exclusiva, é falsa.

Ockham conclui a *Questão 12* assim: “(...) o intelecto entende<sup>21</sup> a coisa exterior <à mente>, mas não é composto por elas (...) o intelecto é composto por intenções das coisas” e neste ponto é o que “resolve” a questão é que não é pela coisa em si, “mas pela coisa significada.”<sup>22</sup> E o que seria uma ‘intenção de coisas’ depende da explanação da teoria da cognição em Ockham e principalmente a sua noção de intencionalidade<sup>23</sup>.

A originalidade de Ockham nesta *Questão 12* está na implicação que a partir das teses (i) de que a LM existe e (ii e iii, juntas aqui) ela é a condição significativa da LC, a implicação que resulta está em afirmar que o conteúdo das proposições mentais não pode ser a coisa material como tal, nem mesmo os conceitos *simpliciter*, mas que elas são compostas de intenções das coisas. Portanto, o conteúdo significativo da proposição mental dependente do conhecimento intencional das coisas exteriores, que por seu turno, é do tipo proposicional. Assim fica claro, embora aqui somente indicado problemáticamente, que em Ockham, a noção de significação depende de conceitos da teoria da cognição.

## Estrutura

### *Quodlibeto III, Questão 12*

Se uma proposição mental é composta pelas coisas ou pelos conceitos.

Argumento principal - A proposição é composta pelas coisas.

---

<sup>20</sup> Um trabalho instrutivo pode-se cf. em Andrés, *El nominalismo de Guillermo de Ockham como filosofía del Lenguaje*, 1969, principalmente em pp. 177-215.

<sup>21</sup> Neste ponto pode ser instrutivo o artigo de Adams, What Does Ockham Mean by ‘Supposition’? in. *Journal of Formal Logic*, 1976, pp. 375-391; e, Panaccio, *Le discours intérieur: de Platon à Guillaume de Ockham*. 1999.

<sup>22</sup> Cf. o último parágrafo.

<sup>23</sup> Cf. Pasnau, *Theories of cognition in the later Middle Ages*, 1997, p. 60-62; 76- 84.

Argumento em sentido contrário – A proposição poderia ser exterior à mente.

Primeiro Artigo [i] – A proposição mental existe.

Segundo Artigo [ii] - Trata da questão: se uma proposição mental é composta pelas coisas ou pelos conceitos. E prova que a proposição mental não é composta por coisas.

Prova (1) – pela autoridade de Boécio, *Comentário ao livro Perihermenias*.

Prova (2) – pelo absurdo.

Prova (3) – pelo absurdo.

Prova (4) – pela autoridade de Santos e filósofos.

Prova (5) – pela autoridade de Aristóteles, *Primeiros Analíticos*.

Prova (6) – mediante a aplicação da distinção entre oração e proposição.

Prova (7) – mediante a aplicação da distinção entre funções sintáticas e semânticas.

Argumento contrário: Toda proposição verdadeira, para ser verdadeira, requer a identidade do sujeito com o predicado.

Resposta (i): sentido falso da proposição.

Resposta (ii): sentido verdadeiro da proposição.

Resposta ao argumento principal: A proposição mental é composta por intenções das coisas significadas.

### Tradução<sup>24</sup>

QUODLIBET III, QUAESTIO 12	QUODLIBETO III, QUESTÃO 12
<b>[246] UTRUM PROPOSITIO MENTALIS COMPONATUR EX REBUS VEL EX CONCEPTIBUS.</b>	<b>SE UMA PROPOSIÇÃO MENTAL É COMPOSTA PELAS COISAS OU PELOS CONCEITOS.</b>
Q u o d e x r e b u s p r o b o , q u i a <sup>25</sup> o m n e q u o d i n t e l l e c t u s i n t e l l i g i t , p o t e s t	<i>Provo que</i> <a proposição mental> seja <composta> <i>pelas coisas</i> , porque tudo o que o

<sup>24</sup> A coluna do texto latino é uma transcrição completa, incluindo as notas, da edição de Wey. Na versão em português optou-se por acrescentar “<”, “>” quando necessário incluir uma palavra ou expressão implícita. As partes grifadas no original foram todas italicizadas. Em “[”, “]” ordenados com i, ii, em itálico, outras indicações necessárias.

<sup>25</sup> Cf. Ockham, *Scriptum*, I, Prol., q. 1 (ed. cit., I, p. 49, 4-18); Gualterus Burlaeus, *Expositio super lib. Praedicamentorum*, Prol. (ed. Venetiis, 1541, f. 18a).

<p>intentionaliter componere cum alio; sed intellectus intelligit res; igitur potest res componere, et per conse[247]quens res potest esse subiectum propositionis mentalis et praedicatum.</p> <p>C o n t r a: Tunc propositio esset extra animam.</p> <p>Hic p r i m o videndum est an sit aliqua propositio mentalis; s e c u n d o, ad quaestionem.</p> <p>[PRIMUS ARTICULUS]</p> <p>Circa primum dico quod sic; quod probo, quia ubicumque est complexio vera vel falsa, ibi est propositio; sed in mente est huiusmodi complexio; igitur etc. Praeterea<sup>26</sup> sunt aliqua incomplexa mentalia, sicut vocalia; igitur et complexa, quia cuilibet complexioni in voce correspondet aliqua complexioni in mente.</p> <p>[SECUNDUS ARTICULUS<sup>27</sup>]</p> <p>Circa secundum dico quod propositio mentalis non componitur ex rebus extra</p>	<p>intellecto concebe, pode intencionalmente compor com algo diferente &lt;de si&gt;. Ora, o intelecto concebe as coisas. Logo, &lt;ele&gt; pode compor &lt;uma proposição&gt; com as coisas e, por consequência, a coisa pode ser o sujeito e o predicado de uma proposição mental.</p> <p><i>Em sentido contrário</i>: assim a proposição poderia ser exterior à mente.</p> <p>Aqui <i>por primeiro [i]</i> deve-se ver se existe alguma proposição mental; <i>em segundo lugar [ii]</i>, vai-se à questão.</p> <p>[ARTIGO PRIMEIRO]</p> <p>Acerca do primeiro [i], digo o que segue, e o provo, porque onde quer que haja um complexo verdadeiro ou falso, existe aí uma proposição; ora, na mente há um complexo desse tipo; logo, etc.. Além disso, há alguns incomplexos mentais, como as palavras faladas e, por conseguinte, há também os complexos, porque a um dado complexo na fala corresponde algum complexo na mente.</p> <p>[ARTIGO SEGUNDO]</p> <p>Acerca do segundo [ii], digo que uma proposição mental não é composta por coisas</p>
---	---

<sup>26</sup> Cf. Ockham, *Summa Logicae*, I, c. 3 (ed. cit., p. 14, 84-89).

<sup>27</sup> Cf. Ockham, *Scriptum*, I, Prol., q. 2 (ed. cit., p. 109, 12-p. 111,4); Chatton, *Reportatio*, I, Prol., q. 4, art. 3 (ed. Cova, p. 318ss); G. Burlaeus, *ibidem*.

<p>animam, sed ex conceptibus; quod probo multipliciter: primo sic: secundum Boethium, in <i>Commento super librum Perihermenias</i><sup>28</sup>, oratio non habet nisi triplex esse, scilicet in mente, in voce et in scripto. Et sicut oratio in scripto componitur ex dictionibus scriptis et propositio in voce componitur ex vocibus, ita propositio in mente componitur ex intellectibus, qui intellectus secundum modum suum loquendi<sup>29</sup>, passiones sunt animae et conceptus.</p> <p>Secundo sic: si aliqua propositio componeretur ex rebus extra, aliqua propositio posset componi ex corpore et anima intellectiva; et sic aliqua propositio posset esse homo, quia omne compositum ex corpore et anima intellectiva est homo.</p> <p>Tertio sic: si subiectum et praedicatum essent res extra anima, tunc in ista propositione 'canis comedit panem' subiectum vere comederet predicamentum. Similiter in ista propositione 'Robertus persequitur Ioannem' subiectum persequeretur praedicamentum, interficeret</p>	<p>exteriores à mente, mas pelos conceitos. Provo isso de múltiplos modos. Primeiramente, segundo Boécio, no <i>Comentário acerca do livro Perihermenias</i>, a oração tem uma tripla existência, ou seja, na mente, na fala e na escrita. E, como a oração, na escrita, é composta por palavras escritas; a proposição, na fala, por palavras faladas; também, assim, a proposição, na mente, é composta por intelecções, que segundo o modo de expressar-se do intelecto, são as paixões e conceitos da alma.</p> <p>O segundo modo é assim: se alguma proposição se compõe por coisas exteriores &lt;à mente&gt;, &lt;então&gt; alguma proposição poderia compor-se por corpo e por alma intelectiva. E, assim, alguma proposição poderia ser homem, porque todo composto de corpo e alma intelectiva é homem.</p> <p>Com relação ao terceiro: se o sujeito e o predicado fossem coisas exteriores à mente, então, nesta proposição 'O cão come o pão', é verdadeiro que o sujeito comeria o que é predicado<sup>36</sup>. Da mesma forma, nesta proposição 'Roberto persegue João', o sujeito</p>
---	---

<sup>28</sup> Cf. Boethius, *In Lib. De interpret.*, ed. 2a, I, c. *De signis*. (PL 64, 414 D); Ockham, *Summa Logicae*, I, c. 1 (ed. cit., p. 7, 13-25); c. 12 (ed. cit., p. 41, 14-p. 42, 22).

<sup>29</sup> Cf. Boethius, *ibidem*, ed. 1a (PL 64, 297 D).

<sup>36</sup> A tradução do termo *praedicamentum* é normalmente vertida por *categoria*. Contudo, no contexto deste parágrafo o uso do termo *praedicamentum*, se traduzido por categoria, fica sem sentido. Assim, visto que o parágrafo inicia com a condicional "si subiectum et praedicatum essent res extra anima (...)", considera-se mais consistente traduzir por *predicado*.

<p>praedicatum et combureret praedicatum; et multa talia, quae omnia sunt absurda.</p> <p>Quarto sic: omnis propositio componitur ex nomine et verbo secundum <i>Santos</i> et philosophos; sed nomen et verbum non sunt res extra animam, sed signa rerum; igitur etc..</p> <p>Quinto sic: omnis propositio componitur ex terminis, quia dicit <i>Aristoteles</i>, <i>I Priorum</i><sup>30</sup>, quod terminus est in quem resolvitur propositio; sed termini non sunt res extra animam, nam<sup>31</sup> subiectum in propositione universali est terminus communis signo universali determinatus; et illud non est res extra, quia res extra non determinatur signo universali.</p> <p>Sexto sic: omnis propositio est oratio; sed oratio non componitur ex rebus extra, quia absurdum est dicere quod aliquae propositiones componuntur ex bobus et asinis, hominibus et angelis, Deo et diabolo; quod tamen sequeretur, si propositio componeretur ex rebus extra. [249]</p>	<p>perseguiria o predicado, mataria o predicado e queimaria o predicado; e muitas situações semelhantes, todas absurdas.</p> <p>Com relação ao quarto: toda proposição compõe-se de nome e verbo, segundo os <i>Santos</i> e os filósofos; ora, o nome e o verbo não são coisas exteriores à mente, mas sinais delas; logo, etc..</p> <p>Com relação ao quinto: toda proposição compõe-se de termos, porque diz <i>Aristóteles</i>, nos <i>Primeiros Analíticos</i>, que o termo está no que a proposição se resolve; mas os termos não são coisas exteriores à alma, posto que, numa proposição universal, o sujeito é um termo comum determinado por um signo universal; e tal &lt;sujeito&gt; não é coisa exterior, porque a coisa exterior não é determinada por um signo universal.</p> <p>Com relação ao sexto: toda proposição é oração. Ora, a oração não se compõe por coisas exteriores, pois é absurdo dizer que algumas proposições são compostas por bois e asnos, por homens e anjos, por Deus e pelo diabo; o que, porém, seguir-se-ia, caso a proposição se compusesse por coisas exteriores.</p>
--	---

<sup>30</sup> Cf. Aristot., *Analit. Priora*, I, c. 1 (24b 16-18).

<sup>31</sup> Cf. Ockham, *ibidem*, II, c. 1 (ed. cit., p. 247, 176-177).

<p>Septimo, quia in ista propositione 'intellectus divinus est divina essentia', si subiectum esset divina essentia, et praedicatum similiter esset divina essentia; et per consequens hic praedicatur idem de se.</p> <p>Praeterea omne subiectum propositionis est pars eiusdem et alteri componibile, quia omnis propositio componitur ex subiecto et praedicato et copula; sed essentia divina nullius est pars, nec est alteri componibilis; igitur etc.</p> <p><i>S e d c o n t r a</i>: omnis propositio affirmativa vera requirit ad suam veritatem identitatem praedicati cum subiecto, aliter quaelibet talis propositio esset falsa, quia voces vel conceptus in subiecto et praedicato non sunt idem; igitur etc.</p> <p><i>R e s p o n d e</i><sup>32</sup>: haec propositio 'omnis propositio affirmativa vera requirit ad suam veritatem identitatem praedicti cum subiecto' poteste habere duplicem intellectum, quorum u n u s est quod subiectum et praedicatum vere sunt unum et idem; et iste intellectus est simpliciter</p>	<p>Quanto ao sétimo, nesta proposição “o intelecto divino é a divina essência”, se o sujeito fosse a essência divina, e, similarmente, o predicado fosse a essência divina, por consequência, este sujeito seria predicado de si mesmo.</p> <p>Além disso, todo sujeito da proposição é parte dela mesma e componível com o outro. Porque toda proposição é composta de sujeito, de predicado e de cópula. Ora, a essência divina não é parte de nada, nem é componível de outro &lt;qualquer composto&gt;; logo, etc.</p> <p><i>Mas, em sentido contrário</i>: toda proposição afirmativa verdadeira requer para ser verdadeira a identidade do predicado com o sujeito, doutro modo qualquer proposição de tal espécie seria falsa, porque as palavras ou os conceitos não são idênticos no sujeito e no predicado; logo, etc.</p> <p><i>Respondo</i>: Esta proposição “toda proposição afirmativa verdadeira requer para ser verdadeira a identidade do “predicado com o sujeito” pode ter duplo sentido. Um é que o sujeito e o predicado são verdadeiramente uma única e mesma coisa. E este sentido é simplesmente falso. De um lado porque nunca</p>
---	---

<sup>32</sup> Cf. Ockham, ibidem, II, c. 2 (ed. cit., p. 249, 8 – p. 250, 17); I, c. 63 (ed. cit., p. 194, 16-32).

<p>falsus; tum quia tunc numquam praedicaretur superius de inferiore, nec passio de subiecto, nec terminus accidentalis de termino substantiali, nec econverso; tum quia tunc in demonstratione potissima esset tantum unus terminus, quia subiectum et praedicatum in prima propositione sunt idem per te et non sunt diversi termini; eadem ratione subiectum et praedicatum in secunda propositione et conclusione sunt idem et non sunt diversi termini; et per consequens in tota demonstratione esset tantum unus terminus; tum quia qua ratione subiectum et praedicatum sunt idem in propositione affirmativa, eadem ratione subiectum et praedicatum non sunt idem in propositione negativa vera; sed istarum propositionum 'aliquid animal est homo', 'aliquid animal non est homo' sunt idem termini a parte subiecti et praedicati; igitur subiectum et praedicatum sunt idem et non sunt idem; iste igitur intellectus illius propositionis<sup>33</sup> est falsus.</p> <p>A l i u s est intellectus praedictae propositionis, scilicet quod omnis propositio affirmativa vera requirit ad veritatem suam quod subiectum et praedicatum significant idem et supponant pro eodem. Et iste</p>	<p>predicar-se-ia o superior a partir do inferior, nem a paixão a partir do sujeito, nem um termo accidental a partir de um termo substancial, nem vice-versa. De outro lado, porque apenas um único termo seria o principal numa demonstração, pois o sujeito e o predicado na primeira &lt;maior&gt; proposição são por si idênticos e não são termos distintos. Por essa mesma razão, o sujeito e o predicado na segunda &lt;menor&gt; proposição e na conclusão são idênticos e não são termos distintos. Por consequência, em toda a demonstração haveria apenas um único termo, tanto porque, pela citada razão, o sujeito e o predicado são idênticos na proposição afirmativa e, pela mesma razão, o sujeito e o predicado não são idênticos na proposição negativa verdadeira. Ora, nestas proposições 'algum animal é homem', 'algum animal não é homem', os termos, da parte do sujeito e do predicado, são idênticos. Portanto, o sujeito e o predicado são a mesma coisa e não são a mesma coisa. Logo, este sentido daquela proposição é falso.</p> <p><i>Há outro</i> sentido da supracitada proposição, a saber, que 'toda proposição afirmativa verdadeira requer para ser verdadeira que o sujeito e o predicado signifiquem o mesmo e suponham pelo mesmo'. E este sentido é</p>
--	---

<sup>33</sup> Supra, lin. 64-66: que corresponde a "(...) '<omnis propositio affirmativa vera requirit ad suam veritatem identitatem praedicti cum subiecto' >".

<p>intellectus est verus, quia omnis propositio affirmativa vera est vera propter identitatem rei significatae per subiectum et praedicatum; quia per talem propositionem non denotatur quod subiectum sit praedicatum, sed denotatur quod res importata per subiectum sit res importata per praedicatum, quia utimur<sup>34</sup> vocibus et aliis terminis, non pro se, sed pro re quam significant.</p> <p>A d a r g u m e n t u m p r i n c i p a l e dico quod maior est falsa, quia intellectus intellegit res extra, et non componit res extra; aliter<sup>35</sup> subiectum propositionis posset esse in caelo, et praedicatum in inferno, et copula in intellectu meo; sed intellectus componit intentiones rerum ad invicem, non pro se, sed pro re significata.</p>	<p>verdadeiro, pois toda proposição afirmativa verdadeira é verdadeira pela identidade da coisa significanda pelo sujeito e pelo predicado; porque por tal proposição não se denota que o sujeito seja &lt;equivalente&gt; ao predicado, mas denota-se que a coisa importada pelo sujeito seja a coisa significanda pelo predicado, porque utilizamos palavras e outros termos, não por si mesmos, mas em lugar da coisa que eles significam.</p> <p><i>Com relação ao argumento principal, digo que a &lt;premissa&gt; maior é falsa, porque o intelecto entende as coisas exteriores &lt;à mente&gt;, mas não é composto por elas. De outro modo, o sujeito da proposição poderia estar no céu, o predicado no inferno, e a cópula no meu intelecto. Ora, o intelecto é composto por intenções das coisas entre si, não por si mesmas, mas pela coisa significanda.</i></p>
---	---

## Referências

ADAMS, Marilyn McCord. What Does Ockham Mean by 'Supposition'? in. *Journal of Formal Logic*, Notre Dame, 17 (3):375-391, 1976.

ANDRÉS, Teodoro de. *El nominalismo de Guillermo de Ockham como filosofía del Lenguaje*. Madrid: Editorial Gredos, 1969.

ARISTÓTELES. *Tratados de lógica (Órganon)*. Madrid: Gredos, 1988. V. II.

COURTENAY, William J.. The Academic and Intellectual Worlds of Ockham. In. SPADE,

<sup>34</sup> Cf. Aristot. *De Sophist. Elenchis*, cap. 1 (165a7-8).

<sup>35</sup> Cf. Ockham, Idem, I, c.15 ( ed. cit., p. 53, 100 - 103); G. Burlaeus, ibidem.

Paul. *The Cambridge Companion to Ockham*. USA: Ed. Cambridge University Press, 1999. Pp. 17-30.

MICHON, Cyrille. *Nominalisme: la théorie de la signification d'Occam*. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, 1994.

KEELE, Rondo. Oxford Quodlibeta from Ockham to Holcot. in. SCHABEL, Christopher (Ed.). *Theological Quodlibeta in the Middle Ages. The Fourteenth Century.*, Brill. LEIDEN, BOSTON, 2007, pp. 651-692.

NORMORE, Calvin. Some Aspects of Ockham's Logic. In: SPADE, Paul. *The Cambridge Companion to Ockham*. USA: Ed. Cambridge University Press, 1999. Pp. 32-52.

OCKHAM, Guillelmi de. *Opera Philosophica*. Volumen I. *Summa Logicae*, Editada por Philotheus Boehner, Gedeon Gál, Stephanus Brown. N.Y./ Italia: St. Bonaventure University. The Franciscan Institute, 1974.

\_\_\_\_\_. *Opera Theologica*. Volumen IX. Quodlibeta Septem. Editada por Joseph C. Wey, N.Y./ Italia: St. Bonaventure University. The Franciscan Institute, 1980.

\_\_\_\_\_. *Quodlibetal Questions*. Vol. 1 e 2. Trad. Francis E. Kelly e A. Fredosso. New Haven. Yale University Press, 1991.

PANACCIO, Claude. *Le discours intérieur: de Platon à Guillaume de Ockham*. Paris, Seuil, 1999.

PANACCIO, Claude. Semantics and Mental Language. In. SPADE, Paul. *The Cambridge Companion to Ockham*. USA: Ed. Cambridge University Press, 1999. Pp. 56-75.

PASNAU, R. *Theories of Cognition in the later Middle Ages*. New York: Cambridge University Press, 1997.

SPADE, Paul. Introduction. In. *idem*. *The Cambridge Companion to Ockham*. USA: Ed. Cambridge University Press, 1999. pp. 01-16.